

APA: “Enquanto não formos mais ambiciosos não podemos evoluir para uma economia que regenera e preserva os seus recursos”

4 de Janeiro, 2023

“Temos de arrancar rapidamente para podermos ter algum tempo de desenvolvimento dos projetos”. Foi com esta declaração que **Ana Cristina Carrola**, Vogal do Conselho Diretivo da **APA** (Agência Portuguesa do Ambiente), lembrou do quão complicada é a década: “Como todos sabemos o atual modelo de desenvolvimento económico não é sustentável baseado sobretudo no consumo desenfreado de recursos e no aumento da produção ambiental são usados mais recursos do que aqueles que o nosso planeta pode sustentar. Todos os anos mais de cem mil milhões de toneladas de recursos entram na economia a nível global”.

Ana Cristina Carrola que falava na sessão de abertura do XII Encontro Nacional de Gestão de Resíduos: A Recuperação e Resiliência, promovido pela **APEMETA** (Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais), recordou que o cumprimento das metas climáticas exige combater as emissões associadas à produção de bens e aos materiais que representam 45% das emissões globais: “O conceito de economia circular responde a esta necessidade fornecendo o enquadramento para dissociar o crescimento económico da extração de materiais através de estratégias como o serviço e modelos de negócio a reutilização e a reciclagem, a maior recirculação de materiais secundários contribuindo para reduzir a extração de matérias-primas e a produção de resíduos e emissões”.

Para a Vogal do Conselho Diretivo da APA, a economia circular é, assim, uma das prioridades da política ambiental: “É importante garantir que o enquadramento legislativo e regulatório seja adequado para incentivar a economia circular. Simplificar a legislação e reduzir a burocracia associada à regulamentação pode ter um impacto positivo na implementação de estratégias de economia circular. Incentivar o envolvimento das partes interessadas em novos processos legislativos também contribuirá para evitar barreiras adicionais à implementação da economia circular bem como a harmonização da legislação de estados membros incluindo metas, regulamentos, novas técnicas, sistemas de certificação e rotulagem”. A nível económico, Ana Cristina Carrola destaca a necessidade de se criar ou alavancar instrumentos económicos que melhorem a economia circular: “Incentivos fiscais ao nível de utilização de resíduos, subprodutos, materiais reciclados e reutilizados e a modelação de prestações financeiras no âmbito da responsabilidade alargada do produtor”. Tão necessário “é continuar a assegurar fontes de financiamento voltadas para a circularidade incluindo o apoio ao investimento produtivo e a investigação e inovação, bem como o apoio às empresas na identificação e acesso a oportunidades de financiamento relevantes”, declara a responsável,

acrescentando ainda a “importante necessidade de continuar a alavancar estratégias, no âmbito da educação para a economia circular, prestando uma maior integração dos princípios melhorando a informação ao cidadão, mas também de estratégias destinadas a aumentar as competências e conhecimentos de economia circular das empresas e das organizações”.

“O melhor resíduo é aquele que claramente pode ser evitado”

Em relação ao novo regime geral de gestão de resíduos e os novos planos estratégicos elaborados em alinhamento com as diretivas comunitárias, a representante da APA destacou que o principal objetivo passa pela “transição para esta economia circular assentando muitas das suas disposições na hierarquia de resíduos e privilegiando as operações mais nobres da hierarquia”. Ana Cristina Carrola lembrou ainda que este novo regime geral de gestão de resíduos traz alterações relevantes, dando como exemplo, o “processo de desclassificação de produtos cujo procedimento tem vindo a ser reiteradamente identificado como um obstáculo à promoção da economia circular”. No que respeita aos subprodutos, a responsável destacou a “simplificação administrativa”, a “eliminação dos custos associados à análise”, a “redução espetável do tempo de aprovação de classificação do subproduto” e a “possibilidade de desclassificação por iniciativa da administração”.

Neste seu discurso, a Vogal do Conselho Diretivo da APA disse ainda que instrumentos económicos e fiscais encontram-se também a ser avaliados neste âmbito num contexto regulatório e de mercado: “Pese embora as medidas a implementar no sentido da promoção de uma maior retenção de matérias-primas secundárias na economia, importa continuar a investir na eficiência dos processos produtivos e na inovação de modo a evitar o desperdício, sendo que o melhor resíduo é aquele que claramente pode ser evitado”.

Apesar de reconhecer que “a transição para um novo modelo económico não é um processo fácil ou rápido”, Ana Cristina Carrola atenta na urgência das “atividades económicas desenvolverem esforços necessários para responder a esta chamada, implementando as mudanças necessárias e reforçando os seus compromissos”. Desta forma, “enquanto, coletivamente, não formos mais ambicioso, não podemos evoluir para uma sociedade de uma economia que regenera e preserva os seus recursos, em vez de os desperdiçar. E não perder de vista estes objetivos é, certamente, uma estratégia vencedora, a única se quisermos ser verdadeiramente sustentáveis”, frisa

O XII Encontro Nacional de Gestão de Resíduos: A Recuperação e Resiliência decorreu, no passado dia 15 de dezembro, no Auditório do Metro do Alto dos Moinhos, Lisboa, e contou com a parceria da **ESGRA** – Associação para a Gestão de Resíduos e da **Universidade Lusófona**.

Fonte: APEMETA